



# PRÁTICA FORENSE PENAL

## Capítulo I – Inquérito Policial

### 14) Representação<sup>1</sup> da autoridade policial pela quebra de sigilo bancário ou fiscal<sup>2</sup>

Distrito: \_\_\_\_.<sup>a</sup> Delegacia de Polícia  
Inquérito Policial n.º \_\_\_\_

MM. Juiz

No dia \_\_\_\_, determinei a instauração de inquérito para apurar o crime de roubo, com emprego de arma de fogo, cometido por “A” e “B” contra o estabelecimento comercial denominado “Supermercado X”, situado nesta Comarca, na Rua \_\_\_\_, n.º \_\_\_\_, de onde subtraíram a quantia de R\$ 30.000,00.

Conforme as provas até o momento colhidas, apurou-se que parcela desse montante resultou de cheques emitidos por clientes do estabelecimento e que foram depositados na conta corrente de “C”, alguns dias após o evento.

Ouvidos, os clientes que emitiram os referidos cheques apresentaram a microfilmagem dos títulos devidamente compensados. Por outro lado, verificou-se que “C” foi funcionário do “Supermercado X”, tendo sido demitido algumas semanas antes da ocorrência do roubo.

Diante dos indícios de participação de terceiro na atividade criminosa de “A” e “B”, para melhor apurar os fatos, represento a Vossa Excelência pela quebra do sigilo bancário de “C”, que possui a conta n.º \_\_\_\_, no Banco \_\_\_\_, Agência \_\_\_\_, determinando à mencionada instituição que envie a esta Delegacia o cadastro e o extrato do investigado, constando o registro do dia em que foram os cheques depositados e qual o destino do dinheiro apurado.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Autoridade policial

Exmo. Sr.

Dr. Juiz de Direito da \_\_\_\_.<sup>a</sup> Vara Criminal

Comarca \_\_\_\_.

<sup>1</sup> O mesmo modelo pode ser utilizado para a quebra do sigilo fiscal, promovendo as devidas adaptações.

<sup>2</sup> O sigilo bancário encontra amparo constitucional: “art. 5.º, X: são invioláveis a *intimidade*, a *vida privada*, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (grifamos). Somente pode ser quebrado por ordem judicial, como regra.